

CARTOS FINTECH MEIOS DE PAGAMENTO S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Em Reais

Conteúdo

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Cartos Fintech Meios de Pagamento S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Cartos Fintech Meios de Pagamento S.A

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Nota	2023	2022	PASSIVO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE		12.238.496	8.381.797	CIRCULANTE		29.284.267	10.852.265
Caixa e equivalentes de caixa	7	806	1.996.036	Recursos de Terceiros - Conta digital	14	27.532.096	10.168.944
Títulos e valores mobiliários	8	10.083.325	5.382.219	Empréstimos	15	1.116.756	-
Impostos a Recuperar	9	907.751	734.249	Fornecedores		26.061	29.629
Outros Créditos	10	1.246.614	269.293	Tributos a recolher	16	598.510	632.693
				Obrigações Trabalhistas e Sociais	17	10.844	20.999
NÃO CIRCULANTE		20.614.995	5.298.647	NÃO CIRCULANTE		5.373.379	482.385
Debentures	12	13.191.732	2.505.101	Mútuos com partes relacionadas	11	1.388.722	-
Investimentos em coligadas		1.044.025	-	Contas a pagar intercompanys	11	3.984.657	482.385
Ativos mantidos para venda		3.759.143	-				
Contas a receber - outros	11	1.055.782	706.003	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	(1.804.156)	2.345.794
Imobilizado		458.350	81.069	Capital Social		2.539.990	2.539.990
Intangível	13	1.105.963	2.006.474	Prejuízos acumulados		(5.151.931)	(1.001.981)
				Ajuste de avaliação patrimonial		807.785	807.785
TOTAL DO ATIVO		32.853.490	13.680.444	TOTAL DO PASSIVO		32.853.490	13.680.444

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cartos Fintech Meios de Pagamento S.A

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2023	2022
Receita Operacional Líquida	20	1.035.261	3.075.050
Custos de Serviços Prestados	21	(112.901)	(260.601)
Resultado Bruto		922.360	2.814.449
Despesas administrativas e gerais	21	(5.764.877)	(3.173.897)
Despesas tributárias		-	(1.981)
Outras Receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(36.880)	980.240
Outros ganhos (perdas), líquidas		(2.975)	-
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		(4.882.371)	618.812
Receitas financeiras	23	1.274.278	796.342
Despesas financeiras	23	(541.857)	(172.192)
Resultado receitas e (despesas) financeiras		732.421	624.150
Lucro antes dos impostos		(4.149.950)	1.242.961
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(202.740)
Prejuízo do exercício		(4.149.950)	1.040.221
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		2.539.990	2.539.990
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício - R\$		- 1,63	0,41

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cartos Fintech Meios de Pagamento S.A
Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Prejuízo líquido do exercício	(4.149.950)	1.040.221
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(4.149.950)	1.040.221

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cartos Fintech Meios de Pagamento S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Cartos Fintech Meios de Pagamento S.A
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro/Prejuízo Acumulado	Total
Saldo em 01 de janeiro 2022		2.539.990	-	(33.102)	(2.042.202)	464.686
Lucro líquido do exercício					1.040.221	1.040.221
Outros ajustes de avaliação patrimonial				840.887		840.887
Saldo em 31 de dezembro 2022		2.539.990	-	807.785	(1.001.981)	2.345.794
Prejuízo do exercício					(4.149.950)	(4.149.950)
Saldo em 31 de dezembro 2022		2.539.990	-	807.785	(5.151.932)	(1.804.156)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cartos Fintech Meios de Pagamento S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Cartos Fintech Meios de Pagamento S.A
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	2023	2022
Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.149.950)	1.242.961
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	209.155	187.454
Resultado da equivalência patrimonial	(2.975)	-
Juros pagos	472.584	148.408
Juros recebidos	(513.845)	(320.401)
IRPJ e CSLL	-	202.740
Perda na alienação de Ativos	-	11.614
Outros	(85.592)	19.349
Lucro/Prejuízo líquido ajustado	(4.070.624)	1.492.124
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	(4.701.106)	(2.064.482)
Contas a receber Adquirente	-	38.931
Impostos a recuperar	(173.502)	(132.958)
Adiantamento a fornecedores	-	55.867
Outros valores a receber	(977.321)	13.754
(Aumento) redução nos passivos operacionais		
Contas a Pagar Estabelecimentos Comerciais	-	-
Fornecedores	(485.953)	444.690
Tributos a recolher	(34.183)	286.689
Recursos de Terceiros - Conta Digital	17.363.152	3.666.400
Obrigações Trabalhistas e Sociais	(10.155)	(259.114)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades operacionais	6.910.308	3.541.902
Fluxo de Caixa das atividades de Investimentos		
Imobilizado	(421.443)	(27.989)
Intangível	938.078	(263.874)
Captação de debêntures	(10.686.631)	(566.886)
Ativos mantidos para venda	(3.759.143)	-
Operações com partes relacionadas	(349.779)	(706.003)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(14.278.917)	(1.564.752)
Fluxo de Caixa das atividades de Financiamento		
Operações com partes relacionadas	5.373.379	3.155
Caixa líquido (utilizados nas) proveniente das atividades de financiamento	5.373.379	3.155
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(1.995.230)	1.980.305
Saldo inicial	1.996.036	15.731
Saldo final	806	1.996.036
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.995.230)	1.980.305

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Henrique Souza e Silva Peretto
Diretor Presidente

Fernando Felipe Falcão
Contador CRC-CE027208/O-3 'T' SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A **CARTOS FINTECH MEIOS DE PAGAMENTOS S.A.** (“**Sociedade**” ou “**Cartos Fintech**”) é uma sociedade anônima de capital fechado inscrita sob o CNPJ nº 24.788.118/0001-94, constituída no Brasil em 12 de maio de 2016, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº1355, 12º andar, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, estado do São Paulo. Tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais e arranjos de pagamento fechado.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As normas, interpretações e comunicados técnicos definem as exigências de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionada a transações e outros eventos e condições que são importantes em demonstrações contábeis para fins gerais.

A administração da Sociedade aprovou, em 30 de março de 2024, a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A administração da Sociedade confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Cartos Fintech e a moeda de, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Base das demonstrações Contábeis e Mudanças de políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, emitido pelo Bacen.

3.1. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2021. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade:

a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado.

b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

c) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2*).

Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

4 Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem:

a) Apuração do resultado

A **Cartos Fintech** reconhece as suas receitas pela mensuração do valor justo da contrapartida recebida ou a receber, sendo deduzida quaisquer estimativas de devoluções, descontos e ou bonificações concedidas ou similares.

As receitas decorrentes da captura de transações com cartões de crédito e de débito tem sua apropriação ao resultado no momento da captura e processamento.

A receita decorrente da prestação de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito, antecipação de recebíveis de cartões de crédito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e a estabelecimentos comerciais, são apropriadas ao resultado quando da sua efetiva prestação de serviços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem as disponibilidades em moeda nacional da **Cartos Fintech**, bem como as aplicações financeiras no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, com vencimentos na data efetiva de sua aplicação inferior há 90 dias, e que são utilizados pela Cartos Fintech para o atendimento dos seus compromissos de curto prazo.

c) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, tais como:

- Custo de materiais e mão de obra direta. Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na taxa fiscal.

As taxas fiscais dos itens do ativo imobilizado para o exercício são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos

d) Intangível

Software e Licenças

Os softwares adquiridos de terceiros são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados pelo método linear. Os softwares que são gerados internamente são mensurados ao custo de desenvolvimento e posteriormente são deduzidos das amortizações, as quais são reconhecidas na demonstração do resultado.

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Sociedade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos no ativo intangível. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

e) Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

f) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, são classificadas no passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

g) Provisões para riscos

As provisões para causas judiciais (trabalhista, civil e tributos indiretos) são reconhecidas quando:

- i. a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- ii. é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- iii. o valor tiver sido estimado com segurança.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

h) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações não relacionadas à atividade fim da Sociedade.

Quando requeridos, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

i) Capital Social

A sociedade é formada por quotas de capital, com valor nominal de R\$ 1,00 e é composta e mensurada pelo valor histórico das subscrições realizadas pelos sócios-quotistas.

j) Redução ao valor recuperável (impairment)

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Cartos Fintech em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

k) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Sociedade reconhece a receita quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam à entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados. Ainda, quando mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, o montante da receita

proveniente de uma transação é geralmente estabelecido entre a empresa e o cliente ou usuário do ativo. O reconhecimento da receita se dá pela prestação efetiva dos serviços. .

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência.

I) Imposto de renda e contribuição social

A **Cartos Fintech** está sob o regime tributário de lucro real, e se sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240.000 anuais. Do mesmo modo, se sujeita à contribuição social na alíquota de 9% sobre o lucro contábil, ajustado conforme a legislação vigente.

n) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas, que incluem saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Sociedade;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como esses riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados, por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras; e
- as transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos

fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- p pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo, isto é, designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecida no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, além de não reter o controle sobre o ativo financeiro.

A Sociedade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos, ou substancialmente todos, os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tiver atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tiver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Capital social

As ações da Sociedade são classificadas como patrimônio líquido.

a) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Sociedade, quando aplicável reconhece provisões para perdas de créditos esperadas sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Sociedade, quando aplicável mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 (doze) meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Sociedade presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 (trinta) dias de atraso.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 (noventa) dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas, quando aplicável, são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito, quando aplicável, são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, quando aplicável, é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs) e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

5 Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis, a administração da Sociedade realiza julgamento e elabora as estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas.

a) Perdas de créditos esperadas (“PCE”)

As perdas de créditos esperadas são constituídas para levar o contas a receber de clientes a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada.

b) Apuração e realização dos impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados. Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar no montante do ativo fiscal diferido.

6 Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não incluem informações sobre o valor justo dos ativos e dos passivos financeiros não mensurados ao valor justo. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Valor justo versus valor contábil		2023		2022	
Ativos	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	7	806	806	1.996.036	1.996.036
Títulos e valores mobiliários	8	10.083.325	10.083.325	5.382.219	5.382.219
Pelo custo amortizado					
Investimento em coligadas		1.044.025	1.044.025	-	-
Ativos mantidos para venda		3.759.143	3.759.143	-	-
Contas a receber - outros	11	1.055.782	1.055.782	706.003	706.003
Debêntures	12	13.191.732	13.191.732	2.505.101	2.505.101
Outros créditos	10	1.246.614	1.246.614	269.293	269.293
Passivos					
Pelo custo amortizado					
Recursos de Terceiros - Conta Digital	14	27.532.096	27.532.096	10.168.944	10.168.944
Empréstimos	15	1.116.756	1.116.756	-	-
Fornecedores		26.061	26.061	67.324	67.324
Mútuos com partes relacionadas	11	1.388.722	1.388.722	-	-
Contas a pagar intercompany	11	3.984.657	3.984.657	-	-

b) Mensuração do valor justo

As tabelas a seguir apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 1, 2 e 3, assim como os *inputs* significativos não observáveis utilizados:

Ativos	Nota	Valor justo em 2023	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	7	806	806	-
Títulos e valores mobiliários	8	10.083.325	-	10.083.325
Debêntures	12	13.191.732	-	13.191.732
Passivos				
Empréstimos	15	1.116.756	-	1.116.756
Mútuos com partes relacionadas	11	1.388.722	-	1.388.722
Contas a pagar intercompany	11	3.984.657	-	3.984.657

Hierarquia do valor justo

Ativos	Nota	Valor justo em 2022	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.996.036	1.996.036	-
Títulos e valores mobiliários	8	5.382.219	-	5.382.219

- a. **Nível 1:** são classificados nesse nível caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras.
- b. **Nível 2:** são classificados nesse nível Certificados de Depósitos Bancários (CDB), emitidos por instituições financeiras, sendo o valor justo representado pelos juros da operação, apropriado *pro rata die* e financiamentos e empréstimos.
- c. **Nível 3:** não foi classificado nenhum instrumento financeiro nesse nível.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Sociedade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- d. Risco de crédito (i);
- e. Risco de liquidez (ii); e
- f. Risco de mercado (iii).

Estrutura do gerenciamento de risco

A administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Sociedade. A administração é responsável pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Sociedade. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Sociedade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Sociedade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Sociedade. A Sociedade, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

(i) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(ii) Risco de liquidez

31 de dezembro de 2023	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	Acima 1 a 3 anos	Acima 3 a 5 anos	Mais que 5 anos
Recursos de Terceiros - Conta Digital	14	27.532.096	27.532.096	-	-	-
Fornecedores		26.061	26.061	-	-	-
Empréstimos	15	1.116.756	811.768	304.988	-	-
		28.674.913	28.674.913	-	-	-

31 de dezembro de 2022	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	Acima 1 a 3 anos	Acima 3 a 5 anos	Mais que 5 anos
Recursos de Terceiros - Conta Digital	14	10.168.944	10.168.944	-	-	-
Fornecedores		512.014	512.014	-	-	-
Empréstimos	15	-	-	-	-	-
		10.680.958	10.680.958	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Sociedade, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(iii) Risco de mercado

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou seus passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros pós-fixados era:

Instrumentos de taxa variável	Taxa	Nota	2023	2022
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	CDI	8	10.083.325	5.382.219
			10.083.325	3.317.737

A Sociedade não apresentou a análise de sensibilidade para exposição à taxa de juros por considerar que os valores são irrelevantes.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Sociedade.

O objetivo da Sociedade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, danos à reputação da Sociedade e procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade, além de buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e Bancos	806	1.996.036
Caixa e equivalentes de caixa	806	1.996.036

Os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras têm a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, por esse motivo foram considerados como caixa e equivalentes de caixa.

8 Títulos e valores mobiliários

	2023	2022
Aplicações financeiras	10.083.325	5.382.219
Títulos e valores mobiliários	10.083.325	5.382.219

As aplicações financeiras em renda fixa se referem a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários que estão disponíveis para utilização imediata, possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

9 Impostos a recuperar

Estão representados pela antecipação de imposto de renda e da contribuição social ao longo do exercício e que serão compensadas na declaração do imposto de renda da pessoa jurídica e por outros impostos a recuperar.

	2023	2022
Imposto de renda	794.742	652.767
Contribuição social	53.835	43.493
Outros impostos a recuperar	59.174	37.989
	907.751	734.249

10 Outros créditos

	2023	2022
Pagamento em duplicidades	145.384	145.634
Contas a receber - NIO	1.101.230	-
	1.246.614	145.634

11 Partes relacionadas

a) Principais saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022, seguem demonstrados a seguir:

Ativo	2023	2022
Contas a receber		
Cartos Meios de Pagamento S. A	-	-
Contas a receber intercompany - outras	1.055.782	706.003
Total em contas a receber	1.055.782	706.003

Outros créditos

Cartos Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	-	32.364
Total em outros créditos	-	32.364
Investimentos		
Cartos Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A (a)	13.191.731	2.505.101
Total em investimentos	13.191.731	2.505.101
Total em ativos	14.247.513	3.282.399
Passivo	2023	2022
Contas a pagar intercompany		
Cartos Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	3.976.258	55.554
Cartos Meios de Pagamento S. A	5.535	-
Cartos Sociedade de Créditos Direto S.A.	2.864	426.831
Total em contas a pagar intercompany	3.984.657	482.385
Mútuos com partes relacionadas		
Cartos Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	1.388.722	-
Total em mútuos com partes relacionadas	1.388.722	-
Total em passivos	10.746.758	964.770

12 Debentures

Trata-se da 4ª, 1ª e 2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, remuneradas as taxas de 6,17% e 12,68% e 6,17% ao ano, respectivamente. Os vencimentos ocorrerão em 23 de junho de 2025 (4ª emissão), 29 de outubro de 2023 (1ª emissão) e 25 de maio de 2025 (2ª emissão). As movimentações dos períodos estão demonstradas a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	2.505.101	1.938.215
Aplicação	24.615.916	9.810.568

(-) Resgate	(14.100.580)	(9.368.779)
(-) IRRF	(49.408)	-
Juros	220.703	125.097
Saldo Final	13.191.732	2.505.101

13 Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados abaixo:

	Softwares	Total
<i>a. Custo contábil</i>		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.649.623	2.649.623
Adições	171.759	171.759
Transferências (i)	(1.071.136)	(1.071.136)
Baixas	-	-
Outros	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.750.246	1.750.246
<i>b. Amortização acumulada</i>		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(643.149)	(643.149)
Amortização do exercício	(164.993)	(164.993)
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Outros	163.859	163.859
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(644.283)	(644.283)
Valor contábil líquido		
Em 31 de dezembro de 2022	2.006.474	2.006.474
Em 31 de dezembro de 2023	1.105.963	1.105.963

14 Recursos de terceiros – conta digital

	2023	2022
Conta digital – Pessoa Física	6.586.912	4.224.041
Conta digital – Pessoa Jurídica	20.945.184	5.950.080
	27.532.096	10.168.944

Trata-se de recursos de terceiros depositados na conta da Sociedade para operacionalização de pagamentos de despesas destes clientes. Os pagamentos são realizados por conta e ordem do cliente via sistema e podem contemplar despesas de diversas naturezas. Não há prazos de vencimentos das respectivas contas digitais, pois a sua realização ocorre mediante utilização do saldo pelo cliente.

15 Empréstimos

	2023	2022
Circulante		
Conta garantida	76.409	-
Empréstimos bancários	1.040.347	-
	<u>1.116.756</u>	<u>-</u>

Os empréstimos bancários referem-se a conta garantida com vencimento indeterminado e com juros pré-fixados de CDI + 0,6315% a.m. Além de linha de financiamento adquirida junto ao BNDES na modalidade cartão de crédito para aquisição de tecnologia a uma taxa de juros de 1,65% a.m

16 Tributos a recolher

Estão representados pela contribuição social a recolher, pelos impostos retidos sobre serviços de terceiros, bem como pelo PIS, a COFINS e o ISS próprios a recolher no período.

	2023	2022
PIS a recolher	58.530	59.603
COFINS a recolher	316.346	337.669
ISS a recolher	2.472	6.271
CSLL a recolher	77.060	84.800
IRPJ a recolher	141.642	141.642
Impostos s/ serviços de Terceiros a recolher	<u>2.460</u>	<u>2.707</u>
	<u>598.510</u>	<u>632.693</u>

17 Obrigações trabalhistas e sociais

	2023	2022
Impostos e contribuições s/ salários	2.915	10.772
Salários a pagar	7.929	10.227

10.844 20.999

18 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é composto por 2.539.990 (dois milhões quinhentos e trinta e nove mil novecentos e noventa) de quotas (2.539.990 em 2020), ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado até a data do balanço, dando continuidade ao planejamento estratégico da **Cartos Fintech**.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o exercício findo em 2023 não foi constituída reservas de lucros

19 Provisão para contingências

A Administração não identificou montantes a serem provisionados ou divulgados de contingências com processos judiciais. Essa informação foi obtida com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

20 Receita operacional líquida

	2023	2022
Prestação de serviços	1.212.391	3.720.565
Receita tarifas conta digital	5.945	21.528
(-) Impostos incidentes sobre serviços	(183.075)	(667.043)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.035.261	3.075.050

As receitas de prestação de serviços e tarifas de conta digital, estão representadas por processamento em meios de pagamentos e similares cobradas de seus clientes quando da sua prestação.

21 Despesas administrativas e gerais

	2023	2022
Despesas com pessoal	(4.988.528)	(1.710.675)
Processamento de dados	(290.344)	(286.974)

Despesa com depreciação e amortização	(209.155)	(187.454)
Serviços técnicos especializados	(131.074)	(526.571)
Aluguéis	(174.790)	(460.308)
Material	(1.950)	(725)
Comunicação	(4.398)	(34.089)
Fretes e taxis	(239)	(4.701)
Manutenção e conservação	(5.519)	(179)
Marketing	(1.034)	(26.736)
Cartórios	(9.800)	(13.745)
Taxas diversas	(11.697)	(18.668)
Viagens e estadias	(27.260)	(130.332)
Outras despesas	(21.990)	(33.341)
	(5.877.778)	(3.434.498)
Classificado como:		
Custos dos serviços prestados	(112.901)	(260.601)
Despesas administrativas e gerais	(5.764.877)	(3.173.897)

22 Outras Receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2023	2022
Outras receitas e ganhos	9.065	1.015.466
Baixa ativo imobilizado ativo imobilizado	-	(11.614)
Despesas PECLD	(32.698)	-
Outras	(13.247)	(23.612)
	(36.880)	980.240

23 Resultado Financeiro líquido

Receitas Financeiras	2023	2022
Receitas financeiras antecipação	-	-
Receitas financeiras aplicações	967.983	671.010
Rendimentos sobre debêntures	220.703	125.097
Outras Receitas	85.592	235
	1.274.278	796.342
Despesas Financeiras		
Juros remuneratórios		-
Tarifas Bancárias	(69.273)	(172.192)
Juros e IOF	(472.584)	

Despesas com antecipação de recebíveis	-	
	(541.857)	(172.192)
Resultado Financeiro Líquido	732.421	(624.150)

Composição da diretoria

Henrique Souza e Silva Peretto - Diretor Presidente

Diretores sem denominação específica:

André Felipe de Oliveira Seixas Maia

Guilherme Gurgel de Oliveira Macedo

Yim Kyu Lee

Sergio Castro Emsenhuber

Responsável Técnico

Fernando Felipe Falcão

Contador CRC-CE-027208/O-3 'T' SP